

## **EXPANSÃO E QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR – CONTRAPONTO E DESASSOSSEGOS**

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Sandra Makowiecky**

**Universidade do Estado de Santa Catarina \_ UDESC**

**Pró- Reitora de Ensino**

**sandra.makowiecky@udesc.br**

**Resumo:** Este trabalho foi apresentado, parcialmente, no XXIV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileira - **ForGRAD** Nacional 2011, realizado na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, no período de 29 de maio a 01 de junho, e que teve como tema geral “Ensino, Pesquisa e Extensão no contexto da graduação para os próximos 10 anos”, em painel sobre expansão e qualidade no ensino superior e pretende analisar a questão, sobretudo tendo por base o REUNI, o PARFOR, a articulação entre sistemas educacionais para expansão e finalmente expansão, qualidade e evasão. Não se trata de um texto conclusivo, pelo contrário, pretende levantar inúmeras questões para reflexão, expondo contrapontos e inquietações.

**Palavras- chave: Expansão, Qualidade, IES, Ensino Superior.**

**Por uma introdução:** Faz muito tempo, mais de 15 anos, em que participei de um evento sobre educação no Rio de Janeiro, no qual uma das conferencistas disse que nas cadeiras de auditório onde costumamos colocar a palavra “*reservado*” para autoridades e convidados, deveríamos começar a colocar a palavra “*preservado*”, para os professores, devido a situação em que já se configurava o cenário de falta destes profissionais. Isto me vem à mente sempre, em eventos similares. Evidente que esta é uma das questões mais preocupantes no tema da expansão e qualidade. Afinal, tudo começa com salas de aulas e professores. Acreditamos que o maior desafio da educação brasileira está na valorização da carreira do magistério. Não adianta falar em expansão e qualidade em nível algum se continuarmos a deixar de lado a formação de professores para enfrentar as salas de aula do ensino público e do ensino privado. A Carta de Itamaracá, Forgrad Nordeste 2011<sup>1</sup>, trouxe considerações preciosas, das quais não devemos esquecer neste debate sobre expansão e qualidade. Diz o texto que as IES são indispensáveis para assegurar as conquistas democráticas no Estado de Direito; salienta a contribuição científica e sócio-cultural que

essas IES efetivam para o desenvolvimento nacional; lembra da missão que lhes é atribuída, e que para isso as IES precisam gozar de autonomia acadêmica, política e financeira e por fim, sinaliza o dever do Estado de assegurar satisfatório funcionamento das IES em todos os níveis. Nunca é demais lembrar estes pontos.

Entendemos a Universidade como instituição universal, que atravessa os séculos. A idéia de prover a sociedade de uma instituição gestora do conhecimento e da cultura universais é milenar. A procura da realização dessa idéia resume bem a longa história da instituição universitária. No alvorecer do século XXI, a Universidade é a mais universal entre todas as estruturas de ensino e pesquisa existentes no mundo. Diante de um mundo em transformação, a Universidade igualmente modifica-se, pois é da sua natureza ser uma instituição contemporânea de seu tempo que se expressa nos diferentes lugares com especificidade própria. Assim, há que se preservar a necessidade da universalidade de conhecimento. Talvez estejamos aqui para defender a retomada de um *esprit de corps* da universidade, que deve agir como uma corporação, como uma associação de indivíduos organicamente articulada para o exercício de sua missão educacional e para a defesa do direito de realizá-la. Consta da carta de Uberlândia (2011)<sup>2</sup>, que o desenvolvimento intenso das Instituições Federais de Ensino Superior tem propiciado ao mesmo tempo a ampliação do acesso, o melhor aproveitamento da estrutura física e o aumento dos recursos humanos. Todavia, resta aos membros do ForGrad a preocupação com a garantia da qualidade da graduação da educação pública. Ela é fundamental para que os diferentes percursos acadêmicos oferecidos possam levar à formação de pessoas aptas a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, em que a aceleração do processo de conhecimento exige uma formação que articule, com a máxima organicidade, a competência científica e técnica, com a inserção política e a postura ética.

No XXIV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileira - **ForGRAD** Nacional 2011, pude participar mais uma vez como pró-reitora, deste que é meu 13º fórum, com passagens de tempo intercaladas ( 1994-1998 e 2004-2011) . Tendo por base uma certa autoridade, se não em qualidade e consistência, ao menos por freqüência, farei alguns contrapontos e expressarei alguns desassossegos quanto ao tema proposto.

Também me recordo do sermão do mestre Nasrudim, pois não sei se o que quero dizer servirá para alguma coisa. Talvez fosse mais oportuno e prudente não dizer nada. Como

metáfora, apenas saliento que no caso do fórum, o problema se amplia, pois trata-se de uma platéia altamente qualificada. Vale reproduzir o texto.

---

***O sermão de Nasrudin*<sup>3</sup>.**

*Certo dia, os moradores do vilarejo quiseram pregar uma peça em Nasrudin. Já que era considerado uma espécie meio indefinível de homem santo, pediram-lhe para fazer um sermão na mesquita. Ele concordou. Chegado o tal dia, Nasrudin subiu ao púlpito e falou: "Ó fiéis! Sabem o que vou lhes dizer?". "Não, não sabemos", responderam em uníssono. "Enquanto não saibam, não poderei falar nada [...]". Desceu do púlpito e foi para casa. Um tanto vexados, seguiram em comissão para, mais uma vez, pedir a Nasrudin fazer um sermão na sexta feira seguinte, dia de oração. Nasrudin começou a pregação com a mesma pergunta de antes. Desta vez, a congregação respondeu numa única voz: "Sim, sabemos." "Neste caso", disse o Mullá, "não há porque prendê-los aqui por mais tempo. Podem ir embora." E voltou para casa. Por fim, conseguiram persuadi-lo a realizar o sermão de sexta feira seguinte, que começou com a mesma pergunta de antes. "Sabem ou não sabem?" A congregação estava preparada. "Alguns sabem, outros não." "Excelente", disse Nasrudin, "então, aqueles que sabem transmitam seus conhecimentos àqueles que não sabem." E foi para casa.*

---

Como é importante participar destes fóruns e perceber a diversidade deste imenso país. Falando apenas de músicas presentes nos fóruns regionais, destacamos os *Tambores de Tocantins*, para entender um pouco mais da fortaleza e firmeza desta região. Em Recife, Itamaracá, vimos o *frevó* e uma alegria esfuziante. Em Chapada dos Guimarães, a linda viola de cocho, lírica e terna. No sul, normalmente apresentação de coral, orquestra de câmara, violinos. Assim segue nosso Brasil. Não participei da regional norte e nem da sudeste, por isso não menciono. Essa tônica da diversidade se reflete em tudo e, no entanto, temos tantas e as mesmas preocupações, descontadas as particularidades.

O símbolo da arara azul, presente nesta edição do Forgrad, pode mudar um pouco seu tom, pois não vemos tudo assim tão azul como na maioria das vezes demonstram os números oficiais. Os números são ótimos indicadores, devem ser respeitados, pois embutem muitos significados. Devemos nos debruçar sobre eles.

Talvez queiramos provocar inquietação e tentar promover a reinvenção de nós mesmos, de nossos discursos, para não morrermos soterrados na poeira da banalidade.

Existe, sim, em certa medida, uma banalização das Universidades. Quando escrevo me referindo a um plural - nós-, evidentemente que não falo por nenhum coletivo, mas expresso preocupações que não são apenas minhas.

Não achamos que problemas sejam quais forem, ou o que representam, devam ser ignorados. Talvez, nesta questão da expansão, seja o momento de fechar um pouco a cortina para avaliar melhor e heroicamente rever nossas estruturas externas e internas: o que podemos mudar nessa parede de coisas que machucam a alguns de nós? O que podemos resolver? O que devemos esquecer ou superar para que não nos sufoquemos ou deixemos que nos tirem a luz de que precisamos para enxergar outras coisas melhores? Deve a Universidade assumir tantos e mais variados papéis para cumprir papéis outros que nem os governos federal, estadual e municipal estão dando conta de fazer? Deve a Universidade aceitar a missão de resolver todas as mazelas sociais do país? Devemos assumir a incompetência do Estado Brasileiro que sem sombra de dúvidas tem uma parcela decisiva de responsabilidades em relação a todo o quadro de dificuldades que enfrentamos? Quando as Universidades são chamadas a colaborar, não há como dizer não, mas convenhamos, está passando da conta. O hospital não funciona, a Universidade tem que resolver. O sistema de ensino não funciona? A Universidade tem que resolver. Os professores abandonam as escolas em busca de outros empregos, a Universidade tem que resolver. A prefeitura do interior não funciona, a universidade tem que ser prefeitura, hospital, escola e tudo o mais. Faltam professores, falta atenção à educação básica. O ministério da Educação está procurando reverter ou minimizar o problema da educação básica. Como exemplos, podemos citar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a implantação da UAB-Universidade Aberta do Brasil e da Plataforma Freire, vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), que agora possui uma secretaria para cuidar da formação de professores. É necessária uma política de valorização da profissão docente por meio do alinhamento da política de formação de professores e de carreira do magistério, conjugando com a necessidade de recuperação de imagem/identidade do professor e da escola<sup>4</sup>. Não resta dúvida da função social da Universidade neste caso, mas vamos ao que nos machuca.

**1- Reuni-** A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal

objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). De fato, O Reuni é um programa, em sua essência, excelente. Todavia, os recursos destinados às Universidades estão em sua maioria, sendo aplicados nos novos projetos, ao passo que, por outro lado, verifica-se um certo “sucateamento”, palavra muito utilizada em meus fóruns iniciais, para falar do estado de abandono das instalações, entre outras estruturas. No entanto, não se costuma falar mais nisso. Sobre a expansão da rede federal, diz-se que a expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação<sup>5</sup>. Todavia, existem artigos<sup>6</sup> que comprovam que o governo anunciou 14 novas Universidades, mas apenas 4 são realmente novas. As outras dez eram pólos federais que já existiam e ganharam sede própria. Nada disso é de fato problema. O que se questiona é:

“Não há mecanismo institucional de financiamento da expansão”, afirma Roberto Leher, especialista em ensino superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “Se as universidades não conseguirem fazer tudo até o fim do programa, vamos ficar com estudantes novos, mas sem instalações e professores.” Para Leher, considerando quanto as obras estão atrasadas e todos os outros problemas, o país poderá ter para 2013 uma bomba-relógio armada. (2011).<sup>7</sup>

Diz a mesma reportagem que o governo anunciou a maior expansão das universidades federais da história. Mas os novos cursos estão funcionando com laboratórios sem equipamento, em lugares improvisados e com professores voluntários. Como a falta de planejamento aliada à pressa eleitoral em expandir o ensino superior está prejudicando a formação de milhares de alunos. Por que não falamos nada sobre isso nos nossos fóruns? Concordamos com os textos da reportagem que dizem que entre os

especialistas em educação, há consenso de que a expansão das universidades públicas federais é uma necessidade. Elas são responsáveis hoje por apenas 14% do número de alunos que ingressam no ensino superior. A rede privada responde por 76%. Na média, as instituições públicas continuam a ser as de maior qualidade porque, além de dar aula, os professores fazem pesquisa. Aumentar o acesso à rede pública federal é uma forma, portanto, de atender à necessidade do país de ter um número maior de profissionais qualificados no mercado de trabalho. Mas para atender de fato a essa demanda, é preciso que essa expansão seja feita com planejamento para que a qualidade do ensino superior público seja preservada e os investimentos (muito caros) dêem retorno. O silêncio sobre estes assuntos no meio universitário nos constrange. De fato, em relação ao Reuni, conforme a Carta de Porto Alegre (2011)<sup>8</sup>, deve-se considerar a realização de planejamento estratégico, que considere um mapeamento da oferta na graduação e também estudos sobre as deficiências estruturais e profissionais do país, bem como negociação e repactuação das metas do Reuni, assim como das necessidades das instituições. A Carta de Porto Alegre também frisou que é necessária a programação de liberação de concursos e contratação dos novos docentes para as universidades federais pelo Ministério da Educação e Ministério do Planejamento em tempo hábil para que não haja prejuízo na implementação das metas do Reuni, bem como se deve contemplar o atendimento das demandas docentes e de técnico-administrativos, além da própria infra-estrutura que acompanhe o processo de expansão na mesma velocidade, respeitando os prazos acordados, considerando que a criação dos cursos novos e a expansão de cursos antigos geram grandes demandas para as instituições.

**2. Articulação entre sistemas educacionais para expansão** - O FORGRAD, já em 2007, na *Carta de Porto Alegre*<sup>9</sup>, documento oficial das conclusões do fórum, apontava como perspectiva de superação das contradições, a articulação entre os mecanismos pelos quais a expansão tem sido conduzida, realçando a imprescindível busca de um modelo sistêmico e complementar, que articule o setor público e privado, na oferta de formação superior. Pergunto: As Instituições conversam na hora de lançar novos cursos ou campi? O que o fórum propôs em 2007 tem sido feito? A resposta é não. Dizia a Carta de Porto Alegre que O processo de expansão da Educação Superior em curso deve ser analisado de duas perspectivas: de um lado, a reconhecida necessidade de democratização do acesso a esse nível de ensino e, de outro, as condições com que tem sido operada a expansão, conflitando as políticas públicas de financiamento do setor público com o financiamento privado, dado

o esgotamento da capacidade econômico–financeira do segmento social que demanda por vagas na Educação Superior. Ainda, frisava que a expansão mediante a oferta de Educação a Distância deve ser gradativa e atender as condições exigidas, sem, contudo, converter-se em estratégia de massificação e barateamento dos custos financeiros, em prejuízo da qualidade dos materiais de ensino, da remuneração do pessoal docente, dos tutores e dos servidores administrativos.

As propostas de institucionalização de novos formatos de Universidade para o setor público federal, como recurso de expansão de vagas, colocam em risco a construção de um sistema federal de ensino superior, conflita com as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais e com as aspirações por um projeto de Reforma Universitária construído no diálogo com a sociedade civil e conseqüente com práticas instituídas historicamente. Tal expansão deve considerar a necessidade de formulação de um Plano Integrado para o Desenvolvimento do País com vistas a contemplar e a respeitar as demandas regionais e particulares, no âmbito da formação superior.

“De nada adianta criar uma universidade por decreto e depois começar a preencher os cargos sem planejamento. Qual é a lógica desses investimentos?”, diz o cientista político Simon Schwartzman, pesquisador especializado em educação e mercado do trabalho do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Para Schwartzman, a ampliação feita nos últimos anos, além de não ter sido planejada, reproduz alguns velhos problemas das universidades brasileiras. “O que mais vemos nas federais é a expansão das carreiras tradicionais. Não há ligação entre a ampliação e os estudos sobre demanda profissional.” Segundo Schwartzman, os cursos novos deveriam ter sido planejados de acordo com a necessidade de profissionais das regiões do país. Por enquanto, o governo federal alardeia os números do aumento do ingresso nas universidades. As conseqüências da falta de planejamento podem aparecer no futuro. Uma delas está relacionada aos futuros formandos dos novos cursos: alguns com deficiência de formação, outros com especialização em áreas para as quais não há demanda no mercado de trabalho. Outro problema poderá ser a continuidade do financiamento da expansão. O Reuni prevê investimentos apenas até 2012. Depois disso, o orçamento poderá voltar a cair<sup>10</sup>.

Todavia, há que se expandir o pensamento para além da articulação entre setor público e privado e incluir também entre os diferentes sistemas educacionais, entre federação, estados e municípios, considerando as necessidades regionais. Há que se considerar também que este estudo de demandas regionais e profissionais não é equação fácil, pois estas muitas vezes logo são superadas. Portanto, o conhecimento é universal e esta consideração sobre regionalidades nem sempre se sustenta. É necessário o desenvolvimento de uma política nacional que acompanhe a oferta de vagas e a expansão nacional da graduação pelas instituições de diferentes naturezas jurídicas, com

fundamentos em estudos do ForGrad. Esta política deve ser pensada para além da expansão da oferta e considerar também o aumento da qualidade. A expansão da educação superior deve considerar a necessidade de mapear as demandas regionais, com vistas à autorização seletiva de IES e cursos de graduação, evitando novas ofertas onde há capacidade instalada, ou seja, infraestrutura, corpo docente e projetos político - pedagógicos de cursos. A Carta de Itamaracá (2011)<sup>11</sup> propõe que é necessário ampliar um fórum de discussões sobre a concepção, a organização e o funcionamento do modelo de IES multicampi, na perspectiva de evitar a construção de federação de escolas isoladas membros de uma mesma Universidade. Menciona a necessidade de abertura de novas rodadas de repactuação do processo de expansão e interiorização do ensino superior, a fim de garantir a sua consolidação; fala da fixação de políticas complementares à expansão e interiorização do ensino superior por meio do envolvimento de outros ministérios/órgãos governamentais, viabilizando efetivo desenvolvimento regional e fixação dos servidores e discentes das IES nas unidades de ensino das cidades interioranas. Diz ser necessário envolver outros ministérios/órgãos para que ocorra uma efetiva política de desenvolvimento regional, como por exemplo: fixação dos servidores e dos discentes das IES nos interiores. Conclui que na interiorização, há que se conciliar o que é bom para a região, para a comunidade externa e para a Universidade.

Devemos ainda frisar que faltam vagas públicas em centros maiores e sobram vagas em muitos outros locais, notadamente em cidades do interior, sem estrutura mínima que possa acolher uma Universidade. Igualmente a evasão é muito grande. Em encontro com um grupo de prefeitos e vereadores de diversas cidades do meio-oeste de Santa Catarina, todos desejosos de ter uma sede da UDESC em suas cidades, era freqüente que todos manifestassem que suas cidades deveriam receber a Universidade por ter menor IDH (índice de desenvolvimento humano), por precisar se desenvolver mais, por serem carentes, ente outros fatores, todos seguindo a mesma lógica. Nesse cenário, tivemos a oportunidade de lhes dizer que deveríamos fazer perguntas e ponderações diferentes. Foi-lhes questionado o seguinte: Quais das cidades ali presentes tinham as melhores condições para receber uma universidade? Sim, porque esta equação precisa ser vista como via de mão dupla. A cidade também precisa ser boa, minimamente boa para quem lá vai se instalar. O que significa isso? Significa ter escolas boas para filhos de servidores técnicos, professores e alunos. Precisa ter biblioteca, precisa ter livraria, precisa ter um espaço de convivência social, porque não ter isso significa para muitos, a morte da alma. Não é difícil



imaginar a que vida aspiram muitos de nossos professores que concluem seus doutorados querendo desenvolver uma vida articulando ensino, pesquisa e extensão em boas universidades. Certamente não é a uma vida de privações, sobretudo, privações de ordem intelectual e cultural. Como fixar docentes e servidores nestas condições? Vejam que é comum as Universidades fazerem muitas cobranças por excelentes profissionais em seus concursos públicos. Os professores devem se também pesquisadores. Muitos pesquisadores não gostam e dar aulas, esse é um fato que devemos encarar, pois a pesquisa e a extensão, mas, sobretudo a pesquisa é muito mais estimulante e compensadora. Sabemos que existe nas Universidades uma hipervalorização da pesquisa e pouca valorização da graduação, que é onde nossos estudantes se formam. Estes jovens pesquisadores são aproveitados em Universidades em implantação, onde muitas vezes nem o ensino de graduação consegue ser praticado a contento. As frustrações e desalentos são das mais variadas ordens, tanto academicamente quanto na vida pessoal. Temos que entender que o aumento das vagas superiores já mostra sinais de exaustão da forma como está sendo praticado, pois existem vagas públicas em aberto em todo o sistema. As Universidades precisam priorizar a graduação para formação de mão de obra qualificada e a pós- graduação precisa ser de muita qualidade e impacto.

A Carta de Porto Alegre ( 2010)<sup>12</sup>, em relação às universidades estaduais, frisou que há necessidade de mais espaços para diálogo e respaldo das políticas educacionais do governo federal para o fortalecimento e qualificação do ensino destas instituições e ainda pediu a manutenção e ampliação de acesso a recursos públicos para apoio ao ensino de graduação pelas IES comunitárias. Com relação as Universidades estaduais, as cobranças políticas causam muitos estragos, pois os deputados de modo geral, pensam em suas regiões e esquecem do Estado. Alguns exemplos de cursos instalados em regiões e locais sem a condição necessária é flagrante em vários pontos do país. Vamos expor a situação de um curso de enfermagem da UDESC. A Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC oferece na cidade de Palmitos o curso de Graduação em Enfermagem que foi efetivamente implantado no primeiro semestre de 2004. Neste período o curso já foi objeto de avaliação pelo Exame Nacional de Cursos (ENADE), obtendo o conceito 4, o que demonstra que há um empenho institucional em prol da qualidade do ensino.

Recentemente, em 2009, foram levantados alguns questionamentos quanto ao oferecimento deste curso no referido município no tocante às condições oferecidas para formar profissionais com perfil adequado para atender as exigências requeridas pelo

mercado. As dificuldades ressaltadas pelos acadêmicos referem-se à falta de infra-estrutura do município para o desenvolvimento dos estágios, além de outras questões internas à UDESC e mesmo a situação de infra- estrutura do município em termos de deslocamentos, transporte, moradia. Assim sendo, os alunos e professores do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro de Educação Superior do Oeste – CEO, encaminharam à Reitoria solicitação de transferência do referido curso da cidade de Palmitos para a cidade de Chapecó. Por outro lado, existem vários documentos de manifestações para garantir a permanência e manutenção do curso na cidade, quase todos de fontes políticas. Em síntese, o movimento da comunidade acadêmica reivindica a transferência do curso para o município de Chapecó, o qual já possui uma adequada infra - estrutura no atendimento da saúde pública. Contudo, alguns setores da comunidade externa e as lideranças locais solicitam a manutenção do curso naquele município, tendo em vista os investimentos já realizados, o desenvolvimento gerado e a missão da UDESC de oferecer um ensino superior gratuito e de qualidade para a sociedade catarinense. Compreensivelmente, as autoridades locais ao tomarem conhecimento do assunto manifestaram-se contrárias ao pleito e encaminharam ao Sr. Governador do Estado, via Prefeitura Municipal de Palmitos, uma Moção de Apoio pela permanência do Curso naquele Município.

Dada a complexidade da questão, o Reitor instituiu uma comissão, composta pela Pró-Reitora de Ensino da UDESC, um membro do Conselho Federal de Enfermagem e um membro do Departamento de Enfermagem da UFSC, a fim de após estudarem o assunto, emitir parecer sobre o mesmo. Também foi solicitado ao Conselho Estadual de Educação a indicação de um membro para integrar a comissão.

A Comissão apresentou seu parecer e entre seus considerandos, destacamos:

- 1 - que o fato do Curso de Enfermagem ter ênfase em Saúde Pública não o isenta de atender às prerrogativas curriculares de formar Enfermeiros generalistas, com experiências curriculares no campo da atenção à saúde em serviços de baixa, média e alta complexidade (conforme Capítulo VII, item “1”, p. 19, do Processo DENF 055/2009);
- 2 - as recomendações da Comissão Verificadora do Curso, em avaliação realizada nos dias 13 e 14 de setembro de 2007, especialmente, em relação a ...”insuficiência das competências e habilidades exigidas pela Lei das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (Resolução CNE 3/2001. DOU, Brasília, 9/11/2001); (cfm. Capítulo VII, item “2”, p. 20, do Processo DENF 055/2009);

- 3 - que a formação de Enfermeiros pressupõe a aquisição de competências com base em experiências de aprendizagens teórico práticas em serviços com padrões de excelência em modelos de atenção e que evidenciem ações de enfermagem observáveis;
- 4 - que um curso Universitário visa propiciar condições para que docentes e discentes vivenciem experiências de ensino, pesquisa e extensão;
- 5 - a dificuldade para contratar e manter docentes, especialmente Doutores, o que acarreta prejuízos, em especial nas atividades de pesquisa;
- 6 - que o curso de Graduação em Enfermagem com ênfase em Saúde Pública da UDESC apresenta importantes dificuldades operacionais e logísticas no município de Palmitos;
- 7 - que as estruturas dos serviços de saúde do município de Palmitos não contemplam às necessidades pedagógicas indispensáveis à formação de profissionais de Enfermagem, limitando as oportunidades de experiências práticas na linha de formação, inviabilizando o cumprimento das exigências legais;
- 8 - a impossibilidade de desenvolver as atividades teórico práticas previstas para a integralização curricular e para o desenvolvimento das competências requeridas pela Lei de Diretrizes Curriculares para os cursos de Enfermagem, especialmente, no que tange aos procedimentos de média e alta complexidade, devido a inexistência destes serviços no município.
- 9 - a inviabilidade do cumprimento das atividades extracurriculares, previstas no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, totalizando 342 horas, em decorrência das dificuldades de deslocamento dos docentes e discentes;
- 10 - a realização de atividades teórico práticas e estágios supervisionados, nos níveis de média e alta complexidade, no município de Chapecó, o que agrava o isolamento acadêmico e a fragmentação do curso;
- 11 - a diminuição da procura do curso nos últimos concursos vestibulares, com queda na relação candidato/vaga;
- 12 - que o município de Palmitos não dispõe de livrarias ou biblioteca que viabilize o acesso dos acadêmicos aos livros e materiais necessários ao desenvolvimento de suas atividades de aprendizagem;
- 13 - a precariedade do sistema viário e do sistema de transporte, no próprio município e entre este e os municípios vizinhos, o que dificulta o deslocamento dos discentes e docentes;

14 - as dificuldades da população local no acolhimento dos acadêmicos, tais como dificuldades para locação de imóveis e para compras no comércio local, gerando, em alguns momentos, desconforto e mal estar;

15 - os elevados custos de compra e manutenção de insumos e equipamentos necessários ao funcionamento do curso, onerando sobremaneira os cofres públicos;

16 - que as características sócio demográficas do município de Palmitos e a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS (Lei 8080/90; Portaria 234/NOB SUS/92; Portaria n.545/NOB/SUS 01/93; NOAS-SUS 01/2001, entre outras) não justificam a implantação de serviços de média e alta complexidade em seu território, a curto/ médio prazo ;

17 - que o município de Chapecó possui uma Rede de serviços de saúde que atende às necessidades de formação dos estudantes do curso de Enfermagem – ênfase em Saúde Pública, em todos os níveis de complexidade;

18- que a comissão referenda os aspectos apontados e bem detalhados no documento que acompanha o ofício DENF nº 55/2009 elaborado pelo Departamento de Enfermagem da UDESC;

19 - que a oferta de oportunidades para a realização de atividades teórico práticas e estágios supervisionados aos acadêmicos do curso de graduação em Enfermagem da UDESC não sofrerá restrições em virtude do município de Chapecó sediar um curso de graduação em Enfermagem, de uma instituição particular e, até mesmo, pela perspectiva de que a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, de instalar no município o curso de graduação em Enfermagem. O município de Chapecó apresenta características sócio-demográficas e epidemiológicas que o colocam como referência regional no sistema de saúde, o que determina uma demanda crescente e qualificada de serviços de saúde, em todos os níveis de complexidade;

20 - que a incerteza em relação aos procedimentos e processos relacionados ao desenvolvimento do curso tem gerado prejuízos na formação dos acadêmicos e professores, ocasionando notório desgaste e desânimo entre o corpo docente, discente e técnico.

Frente às considerações apontadas no relatório, a comissão chegou à varias conclusões, das quais destacamos apenas a síntese que interessa a esse texto:

A. O município de Palmitos não apresenta as condições necessárias para a continuidade do curso com o patamar mínimo de excelência recomendado;

B. O município de Chapecó apresenta características sócio-demográficas e epidemiológicas que o colocam como referência regional no sistema de saúde, o que determina uma demanda crescente e qualificada de serviços de saúde, em todos os níveis de complexidade, podendo acolher o curso de Enfermagem, conforme item 19.

Caso o município escolhido para a transferência do curso seja Chapecó, recomenda-se a transferência do curso de enfermagem de Palmitos para Chapecó, atentando-se aos seguintes itens:

1. Aos estudantes que hoje residem em Palmitos e que entraram no curso através de edital de vestibular que ofertava o curso em Palmitos, deverá ser assegurado transporte para as aulas, até que se finde a necessidade, garantindo-se os direitos constitucionais dos acadêmicos;
2. Na instalação de novos cursos da área da saúde ou mesmo na eventual transferência deste curso para outro município que não seja Chapecó, recomenda que se analisem profundamente as condições do município onde o novo curso será instalado, evitando-se repetir os equívocos do processo de instalação do curso de enfermagem em Palmitos.

Mesmo com todo esse cenário, a transferência ainda não foi realizada devido aos embates políticos entre governo, prefeito, Universidade, deputados, entre outros. O prefeito disse que a transferência seria sua “morte política”. Nem a oferta do prédio para escola de educação básica, com assistência completa da Universidade o demove. Afinal, estamos tratando de orgulhos feridos, projetos pessoais, pois os alunos são todos de fora da cidade, vieram de várias regiões do estado e principalmente da região sul, moram em Chapecó, pois os locais para locação nessa cidade são poucos e caros. Muitos problemas de depressão entre os estudantes e corpo docente, afinal, o que significa morar e estudar fora de sua cidade, afastado da família e de amigos em cidade sem opção alguma a não ser o estudo? Como passar os bons anos da juventude nessas condições? Se a formação geral do indivíduo se dá considerando a vida cultural, a vida em grupo, o que devemos esperar? E o que conta, afinal? Onde esta a autonomia da Universidade em sua questão pedagógica? Que jogo de forças se dá neste momento que se torna intransponível, mesmo frente ao quadro apresentado?

**3- PARFOR - O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR** é resultado de um conjunto de ações do Ministério da Educação - MEC, em

colaboração com as secretarias de educação dos estados e municípios e as instituições públicas de educação superior neles sediadas, para ministrar cursos superiores gratuitos e de qualidade a professores em exercício das escolas públicas sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de dezembro de 1996. A partir de 2007, os estados e municípios brasileiros, com a adesão ao Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, elaboraram seus Planos de Ações Articuladas - PAR, contendo diagnósticos dos sistemas locais e as demandas por formação de professores. Por meio do Decreto nº 6.755, de janeiro de 2009, o MEC instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar os Planos Estratégicos da formação inicial e continuada, com base em arranjos educacionais acordados nos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. Cumprindo o Decreto 6.755, o MEC delegou à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes a responsabilidade pela indução, fomento e avaliação dos cursos no âmbito do PARFOR. Todas as licenciaturas das áreas de conhecimento da educação básica serão ministradas no PARFOR, nas modalidades presencial e a distância: cursos de 1ª Licenciatura para professores sem graduação, de 2ª Licenciatura para licenciados atuando fora da área de formação e de Formação Pedagógica, para bacharéis sem licenciatura. Previu-se no PARFOR uma oferta superior a 400 mil vagas novas, envolvendo cerca de 150 instituições de educação superior - federais, estaduais, comunitárias e confessionais, nos 25 estados que aderiram à formação inicial, tendo os cursos iniciado no 2º. Semestre de 2009. As instituições formadoras que participam do Plano receberão recursos adicionais do MEC. Com as demandas por formação organizadas pelos Fóruns Estaduais Permanentes, cada professor deve fazer sua pré-inscrição aos cursos por meio de um sistema informatizado criado pelo MEC, denominado Plataforma Paulo Freire, onde poderá também cadastrar e atualizar seu currículo. Os sistemas estaduais e municipais devem ainda fornecer o suporte indispensável aos professores cursistas em exercício, em parceria com as instituições de educação superior do Brasil, cujo comprometimento é inestimável para o sucesso do PARFOR, experiência inédita na história do país para melhoria da educação básica pública<sup>13</sup>.

Não resta dúvida de que é um belo programa, fundamental, necessário, ousado. As Universidades foram chamadas a cumprir seu papel novamente, pois a indução da direção do fortalecimento da pós - graduação e da pesquisa, em especial nos últimos 15 anos fez com que a Universidade se distanciasse da escola pública, seus professores pouco

conhecem dessa realidade e a educação básica deixou de ser prioridade para a universidade brasileira. Mas há ainda que se frisar que sem um salário atraente e um plano de carreira que valorize a profissão, o país não conseguirá atrair jovens talentosos para a carreira do magistério. Até aqui, vemos um quadro dado e compreensível. Mas é necessário discutir o descompasso entre as políticas de formação atual para estudantes de licenciatura e as práticas educacionais que estão sendo efetivadas no contexto da educação básica.

Qual é o lado perverso desta moeda? Vejamos: os pró-reitores foram chamados para assumir, na realidade, mais uma Universidade para além daquela que já administravam, pois o oferecimento de cursos pelo Parfor é o mesmo que assumir muitos outros encargos, duplicar cursos, administrar problemas em dobro. E o Pró-Reitor de ensino de graduação é um só. Isto veio como necessidade governamental, mas não estava no planejamento das Universidades. Alia-se a isto, no caso das federais e estaduais, a expansão, seja pelo Reuni, seja por demandas governamentais dos Estados. Que ilha de competência e fortaleza se espera com tanto trabalho? As Universidades possuem corpo técnico e docente para mais esta tarefa? E como falar de qualidade nesse cenário? E quanto aos professores que freqüentam os cursos oferecidos pelo Parfor, sem dispensa de suas atividades normais e com aulas nas sextas - feiras à noite e sábados o dia inteiro, sem bolsas, sem complementação salarial? E que ficam todo o período do curso sem uma pausa, pois aos domingos precisam estudar para seus cursos e preparar as aulas e tarefas que rotineiramente realizam? Concordamos com isso? O que estamos propondo aos nossos professores em termos de saúde? De vida cultural, da prática do respeito ao corpo, com exercícios? Que capacitação é esta e a que custo? E os recursos gastos? Porque não destinar a capacitação pelo Parfor para as Instituições e Ensino Superior que já instaladas nas regiões? Qual o sentido que existe em uma Universidade sediada na Capital de um Estado, por exemplo, oferecer curso em cidade do interior, onde já existem instituições de ensino superior instaladas e com os mesmos cursos? Não seria mais efetivo custear diretamente o custo do curso do professor/aluno na Instituição que lá existe? Também não seria mais condizente com uma condição de dignidade de vida? Afinal, trabalhar e estudar de forma concomitante é aceitável, durante a semana, com pausa de descanso, mas trabalhar a semana inteira e estudar os finais de semana inteiros, assistindo aulas, muitas vezes longe da família é uma realidade que fere a dignidade de qualquer trabalhador. Esta situação agora começa a se minimizar em situações em que o aluno/professor já pode receber bolsa justamente para custear seus estudos. Não por acaso, uma das solicitações do

Forgrad Norte 2011<sup>14</sup> foi pela implementação de programa de bolsa-auxílio deslocamento, estadia e alimentação para os estudantes do Plano Nacional de Formação Docente da Educação Básica, assim como de incentivos financeiros para a aquisição de equipamentos didático-pedagógicos, recursos midiáticos e montagem da biblioteca pessoal. Alguns professores viajam 2 dias para assistir as aulas, assim: viajam sexta feira, as aulas são sexta a noite e sábados. Viajam domingo de volta para casa e retornam ao trabalho segunda – feira. Sem comentários.

A evasão no Parfor é muito grande e claro que isso já era esperado. A UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina, após participar desde o início do apelo governamental para integrar o PARFOR, desistiu de sua participação em junho de 2010. O Parfor precisa ser reestruturado no tocante às suas relações com os planos e programas dos cursos de graduação regularmente ofertados pelas IES e estratégias de sua implementação (financiamento, recursos humanos, infraestrutura das IES, permanência do professor/aluno no Programa), face às dificuldades vividas pelas IES com a falta de envolvimento dos parceiros locais.

Salientamos que há por parte da Universidade - UDESC-, onde atuo, um reconhecimento da importância tanto para o Estado de Santa Catarina como para o Brasil da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação instituída pelo Ministério da Educação (MEC), através do Decreto nº6.755, de 29 de janeiro de 2009 e das ações previstas no Plano de Ações Articuladas, mas não podemos omitir em apontar algumas fragilidades que dificultam toda a sua dinâmica, operacionalização e, por conseguinte seu sucesso, que passo a pontuar, extraído de texto escrito em junho de 2010, quando a UDESC oficializa sua saída do programa, em correspondência dirigida à *Coordenadora Geral de Programas de Apoio à Formação e Capacitação de Docente da Educação Básica – CAPES/DEB e para Secretário de Educação do Estado de Santa Catarina, considerando que:*

“ - desde o final de 2008 a UDESC vem se dedicando ao Programa, atendendo sempre que possível as solicitações da CAPES/DEB e atuando de forma incansável junto à Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, participando de todas as reuniões do Fórum e as equipe responsável pelo Planejamento Estratégico e, internamente na Universidade junto aos seus Conselhos Superiores, aos Diretores de Ensino de Graduação e aos coordenadores de curso, apresentando claramente o Programa, esclarecendo dúvidas



e buscando adesões, já que todos estão sobrecarregados de trabalhos e atividades no ensino, na pesquisa, na pós-graduação, na extensão e na administração da Universidade;

- a forma de divulgação e a pré-inscrição na Plataforma Freire é um problema bem pontual, pois as informações não chegam claramente nas bases, ou seja, nas escolas e nos professores interessados e a Plataforma (sistema) não faz um filtro nas pré-inscrições;

- a demanda de professores sem formação inicial (1ª licenciatura) apresentada inicialmente não se confirma quando das pré-inscrições na Plataforma Freire; sem contar que muitos dos inscritos não são professores efetivos da rede pública municipal e estadual, são na sua maioria professores com contratos temporários (ACTs);

- não ocorre a validação devida das pré-inscrições;

- todo o planejamento (PTA) é feito com base em hipóteses, pois somente após o período de matrícula a Instituição terá condições de decidir sobre o seu oferecimento;

- embora a Universidade venha mantendo as informações aos interessados junto a sua página virtual, na Plataforma há pouca informação sobre os cursos;

- o recurso financeiro previsto para a implantação de um curso não contempla apoio para despesas com profissionais de secretaria, limpeza e manutenção, nem a compra de material permanente (somente de acervo bibliográfico);

- a impossibilidade de efetuar pagamento aos nossos funcionários em sistema de horas extras, já que o valor permitido, ou seja, 120 horas semestrais é insuficiente ao serviço prestado e por outro lado, há falta de funcionários disponíveis para atender a demanda de novos serviços, considerando inclusive o fato de ser em finais de semana;

- a impossibilidade de liberação dos professores da Rede Pública (municipal e estadual) para a realização como alunos dos cursos, o que faz com que os mesmos funcionem nos horários de final de semana (sexta feira no período noturno e sábado nos períodos matutino e vespertino), isso implica em oferecer um curso muito mais atrativo do que os cursos regulares, principalmente em função do mesmo ser realizado nos finais de semana, onde o cansaço predomina após uma semana de atuação em salas de aula como docente.

Frente a todas as colocações apresentadas e, notadamente por ser a UDESC uma instituição pública estadual que torna ainda mais complicada a realização de convênio (neste período eleitoral) e por considerar que no Estado de Santa Catarina contamos com um excelente sistema fundacional (Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACADE), julgamos oportuno que este sistema, através de suas Instituições de Ensino

Superior assumam na íntegra os cursos até então previstos para serem ofertados pela UDESC, principalmente pela não duplicação de meios para os mesmos fins, já que a ACAFE congrega grande parte das licenciaturas ofertadas pela UDESC; pela facilidade para o pagamento com despesas de pessoal de apoio (secretaria, limpeza e manutenção) e pela localização de suas Instituições que se encontram em quase todas as regiões catarinenses, proporcionando um menor custo com relação ao deslocamento de professores. Estas Instituições, em suas localidades já ofertam a maioria de nossos cursos de graduação.

Apesar do empenho e vontade da Universidade em colaborar, fazendo parte deste projeto nacional de grande envergadura, necessário e meritoso, não acreditávamos ser problemática a continuidade do Programa com a alternativa que estávamos propondo, até porque a necessidade foi, ao que parece, superestimada. Por fim, o documento solicitava que o assunto fosse discutido na reunião do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente.

Não sem motivos, a Carta de Porto Alegre<sup>15</sup> menciona que deve haver promoção de maior incentivo pelos estados e municípios para a formação dos docentes com disponibilização de maior tempo para esta formação, em atuação conjunta com MEC; que o Parfor deve ser revisitado em relação à forma de identificação de demanda a partir da Plataforma Freire; forma de investimento/recursos; condições favoráveis à formação dos professores estudantes (convergência entre a política de formação do professor e a Secretaria de Educação do Estado/Direção da Escola). Menciona a ampliação de programas de apoio à formação de professores de Educação Básica extensivos às IES comunitárias e que, finalmente deve haver uma política de valorização da profissão docente por meio do alinhamento da política de formação de professores e de carreira do magistério, conjugando com a necessidade de recuperação de imagem/identidade do professor e da escola. A carta de Uberlândia (2011)<sup>16</sup> menciona que o projeto de lei que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) propõe metas claras, possíveis e tangíveis que contemplam a Educação Básica e o Ensino Superior. Nesse sentido, o ForGrad reforça a necessidade de que seja assegurada aos profissionais da Educação Básica e Superior uma política global de formação e valorização, que contemple de forma articulada e prioritária a formação inicial e continuada, as condições de trabalho, salários dignos e carreira docente compatível com a sua responsabilidade de educador.

**4. Expansão, qualidade e evasão:** Nesse item, entramos em um grande problema. E na equação mais difícil. Mesmo com toda a expansão ocorrida, com o aumento de vagas públicas e privadas, com o Prouni ( Programa Universidade para Todos), com o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) , com a UAB ( Universidade Aberta do Brasil- Ensino à Distância, com crescimento de 68 mil matrículas em 2004 para 860 mil matrículas nos tempos atuais), com todos os programas de assistência estudantil, nossas taxas de evasão continuam elevadas. Pior é constatar que o funil não está na oferta de vagas. O funil está na evasão. A taxa líquida é zero, pois todos os anos entram 1,5 milhão de estudantes nas faculdades, porém 500 mil abandonam os cursos antes da formatura e formam-se 1 milhão. Diversos são os obstáculos encontrados pelos universitários, que fazem com que eles desistam no meio do caminho. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2007, as instituições privadas de ensino superior, onde estudam três em cada quatro universitários brasileiros, têm, proporcionalmente, menos estudantes concluindo seus cursos: apenas 55,4% do total. A taxa de conclusão mais alta é das universidades federais, com 72,6%. O cálculo leva em conta o número de estudantes que ingressaram quatro anos antes e o total de concluintes, isto é, os alunos que chegaram ao fim do curso em 2007. A média nacional ficou em 58,1%, sendo mais alta nas universidades públicas (63,8% nas estaduais e 62,4% nas municipais) do que nas privadas. Já do Censo de 2009 participaram 2314 IES, que registraram 5.954.02 matrículas em 28.671 cursos de graduação presencial e a distância. O número de inscrições para esses cursos em 2009 foi de 6.889.269, e, considerando todas as formas de ingresso ( por processo seletivo e outras formas), o Censo registrou um total de 2.065.082. Já o número de concluintes foi de 959.197. O indicador dá uma idéia do tamanho da evasão dos alunos, embora não seja um cálculo preciso. Alguns artigos tem sido publicados na mídia sobre evasão nas IES. *“Ao contrário do que se possa imaginar, questões financeiras não são os únicos motivos para a evasão, uma vez que o índice de desistência nas faculdades públicas também é alto, de cerca de 14,4%. De acordo com o Semesp, somente na USP (Universidade de São Paulo), 40% dos estudantes deixam as salas de aula no primeiro ano da faculdade”*.<sup>17</sup> Diz o texto que o mercado criou a ilusão: *"só tem futuro quem tem diploma universitário."* Então, os alunos querem o Diploma, não o esforço individual diário (tempo de estudo, provas, trabalhos) que deve ser realizado para se ter o diploma. Mas quais as "pedras" encontradas por tantos universitários que fazem com que eles desistam no meio do caminho? Para o diretor-executivo do Semesp (Sindicato das

Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo), Rodrigo Capelato, o aumento da concorrência (e do número) nas instituições particulares, a mudança do perfil do aluno e o maior acesso das classes C e D ao ensino universitário alteraram o cenário – e ampliaram o número de jovens que não sabem os caminhos a seguir para galgar uma carreira sólida. Ele explica que a concorrência entre as particulares fez os preços das mensalidades caírem ao longo dos anos. Preços mais em conta atraíram um segmento que até então imaginava que ser universitário era algo distante. “A concorrência permitiu o acesso das classes C e D. A formação desse segmento, contudo, é frágil”, explica. Dessa forma, mesmo tendo recursos para bancar uma mensalidade, muitos futuros profissionais desistem do curso por não conseguirem acompanhá-lo. Essa situação é verificada, principalmente, nas universidades públicas. Capelato lembra que nos cursos em que há grande parcela de estudantes de menor renda, geralmente da área de Humanas, a evasão é muito alta. *“A qualidade do ensino médio público é muito baixa e os alunos que chegam com uma base extremamente frágil têm dificuldades de acompanhar os cursos”*, comenta. E mesmo se uma mensalidade em um curso particular for mais baixa, ainda assim, segmentos de menor renda podem ter dificuldades de arcar com as despesas. “Tem muitas mensalidades que chegam a comprometer 50% da renda familiar. Então, qualquer problema financeiro que esse estudante tiver, ele vai desistir do curso”, diz Capelato. Aí entra uma outra questão. Se a renda está mais apertada, invariavelmente, universitários das classes econômicas mais baixas não param de trabalhar, mesmo estudando. A dificuldade de se levar uma dupla jornada é outro motivo que compromete a conclusão do curso. Podemos também acrescentar a evasão universitária está ligada, de um lado, à troca de cursos no início da faculdade e, de outro, a dificuldades para pagar as mensalidades. Isso é muito pouco. Está na hora de refazermos um estudo aprofundado do tema sobre a evasão no ensino superior.

Em audiência pública da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE) da Câmara dos Deputados realizada em 30 de junho de 2011<sup>18</sup>, que debate as metas para o ensino previstas até 2020, o representante da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), Celso Frauches, afirmou que, no ano passado, ficaram ociosas 1,6 milhão de vagas em universidades, 40 mil delas em instituições públicas. *“Para esse quadro mudar, precisamos melhorar a qualidade da educação básica”*, disse. Ele lembrou que muitos estudantes não conseguem tirar boas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), usado como requisito para o ingresso em boa parte das faculdades públicas,

devido a deficiências no ensino básico. Na mesma audiência, o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, disse que a meta do ministério é chegar a 4 milhões de alunos no ensino superior em 2020. Ele admitiu que ainda há muito a ser feito para atingir esse objetivo, mas lembrou que nos últimos oito anos o número de formandos passou de 300 mil para 1 milhão, por ano, nas instituições públicas e privadas. O secretário afirmou que um dos principais problemas a serem enfrentados atualmente é a evasão no ensino superior. Ele disse que todos os anos entram 1,5 milhão de estudantes nas faculdades, porém 500 mil abandonam os cursos antes da formatura. A elevação da taxa de matrícula da população de 18 a 24 anos, dos atuais 17,4% para 33%, até 2020, é uma das metas previstas para o ensino superior pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Durante o encontro, Costa elencou as cinco principais ações do ministério que objetivam o cumprimento das metas: a ampliação e interiorização das universidades federais com o Programa de Expansão e Reestruturação (Reuni), a expansão da rede federal de educação tecnológica, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). “São ações que estão em constante aperfeiçoamento para que seja alcançada a ampliação do acesso, com a garantia da qualidade”, afirmou.

O único estudo<sup>19</sup> feito de grande porte e que conhecemos é o de “*Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas*” (Andifes/Abrium/SESu/MEC - 1995-1996), publicado em 1997. A entrada de novos alunos demora no mínimo quatro anos para se refletir no número de estudantes que se formam. Ainda não é possível saber qual será o impacto do aumento do número de vagas na taxa de conclusão nas federais e nas instituições públicas, de modo geral.

Essa questão apresenta grau de complexidade cada vez mais intenso. Vamos falar dos professores que lidam com os alunos que entram neste novo cenário. Como nos preparar para lidar com o jovem que chega super informado, que quer e está acostumado com as novas tecnologias ao mesmo tempo em que somos envolvidos o tempo todo com as dificuldades dos que estão despreparados até para ler? Além do quadro “semi-analfabetismo x novas tecnologias”, muitos enfrentam também o desafio de lidar com inclusões das mais diversas ordens, como por exemplo, as étnicas( indígenas ) e os portadores de deficiências.

O Forgrad Regional Norte 2011, na carta de Boa Vista<sup>20</sup> registrou o que segue: “A universalização da Educação Básica de certa forma já ocorreu no cenário brasileiro, todavia na região Norte, de modo especial, o nível de conhecimento dos estudantes que chegam ao nível superior tem demandado um esforço adicional das IES. O enfrentamento a essa situação demanda ações de melhor preparação dos professores e de provimento aos mesmos de condições mínimas para o pleno desenvolvimento de seu exercício profissional”. Vale lembrar que esta situação é enfrentada em todo o Brasil.

Como lidar com as diferenças de conteúdo entre os alunos que entram, pois os sistemas diversificados de seleção colocam em uma mesma sala, realidades muito diversas? Estamos preparados para isso? Quais debates temos feito sobre o incremento da qualidade nos nossos cursos de graduação? Como falar com dados mais precisos dos que entram, mas não saem? E os que poderiam entrar, permanecer, mas ficam de fora por conta das medidas de inclusão? Que inclusão é essa que deixa de lado todo um segmento de classe média? O que é classe média no Brasil? Fala-se que esta nessa faixa as populações que ganham entre dois e dez salários mínimos. Uma família com renda de 1.000, 00 reais já é classe média. O PROUNI, por exemplo, excelente medida a nosso ver, assinala, mostra os seguintes dados: que uma em cada três bolsas do Prouni (Programa Universidade para Todos)<sup>21</sup> oferecidas desde o começo do programa, em 2005, não foi preenchida. O total de bolsas ociosas em seis anos chegou a 33,1% de todas elas. O número foi obtido por meio de dados de um levantamento estatístico do MEC (Ministério da Educação), disponível na página do Prouni na internet. Entre 2005 e o primeiro semestre de 2011, foram ofertadas 1.291.209 bolsas, com 863.771 (66,9%) preenchidas. O restante representa o total ocioso. Até o primeiro semestre deste ano, o Prouni funcionava por meio de isenção fiscal em relação às bolsas oferecidas – se a universidade oferecesse 100 bolsas, a redução nos impostos seria relativa a todas, mesmo que não fossem totalmente preenchidas. Ou seja: neste período, o governo simplesmente deixou de arrecadar dinheiro. E deixou de beneficiar uma parcela da população que esta esquecida. Em 2009, uma análise do TCU (Tribunal de Contas da União) estimou que possa ter sido perdido, só nos dois primeiros anos do programa, um valor em torno de R\$ 100 milhões. Para José Roberto Covac, diretor jurídico do Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de SP), uma das principais razões para que sobrem tantas bolsas são as próprias regras do Prouni. Elas determinam faixas de renda e proíbem que o candidato

tenha feito o ensino médio em escola particular sem bolsa integral. Para esses jovens, as chances ficaram mais restritas. Ele não concorre ao Prouni, não entra na universidade pública por causa da seleção, onde não é aprovado e mesmo que exista o FIES, nem sempre existe o curso que ele quer na cidade onde mora e ele não têm condições de se deslocar. Quantos jovens estão sendo excluídos em detrimento de outros que entram no sistema pela chamada inclusão, mas não podem ficar? Estamos preocupados e falando desta segunda e relevante perda? Na realidade essa evasão pode ser considerada dupla. E o custo dos bancos escolares que ficam vazios causados pela evasão somados ao custo imenso de quem poderia estar lá e finalizar mas não tem acesso? Que inclusão é essa que exclui possíveis concluintes em detrimento da escolha da inclusão de outros que sabidamente terão maiores problemas para acompanhar os cursos? Afinal, a educação é para todos ou não? Existe um segmento considerável que está sem opção e que só tinha opção visando uma educação de qualidade em universidade pública. Trata-se de uma parcela da população que investiu muito na educação dos filhos e que entende que educação é o maior patrimônio que pode dar a eles, que paga os impostos que sustentam as universidades, e que começa a ver essa juventude razoavelmente bem preparada, sem opção. De fato, defendo que seja para todos, indistintamente. Estranhamente encontramos na folha de São Paulo o seguinte argumento, que em certa medida, embute uma analogia com o que estamos apontando: <sup>22</sup>

Nosso sistema político não está acostumado nem preparado para lidar com esses grupos sociais. Até agora, a agenda do Estado e dos políticos mirava as classes de alta renda e cultura e a imensa maioria dos brasileiros de baixa renda, cultivando aqueles e dominando estes com ferramentas longamente desenvolvidas durante toda a nossa história de extrema polarização econômica e social. Os grupos médios, que agora chegam subitamente e em grande número, não têm como se satisfazer com os modos tradicionais de ação do Estado brasileiro. Seu progresso inicial ainda é pequeno e eles ambicionam naturalmente muito mais. O Estado brasileiro tem sabido tratar com os muito pobres, com os programas de transferência de renda e as práticas clientelistas. Também sempre soube atender as classes de renda alta ao permitir, por exemplo, que o sistema tributário taxe relativamente menos as pessoas de renda alta, em comparação com outros países. Mas não tem o que dizer aos "novos brasileiros". O que eles querem do Estado e dos políticos? Que se garanta a **todos** oportunidade de acesso ao conhecimento e à propriedade individual, que essa propriedade seja respeitada e que se estimule e se valorize o trabalho produtivo. Que se cuide do estado geral de saúde da economia. E que suas liberdades individuais sejam intocáveis. ( ABREU, K. 2011, p. B9)

Para finalizar, lembro de um texto de Marina Colasanti, “Eu sei, mas não devia” <sup>23</sup>, que nos fala de coisas que dizem respeito aos desassossegos.

---

*Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia. A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude. A gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora. A tomar o café correndo porque está atrasado. A ler o jornal no ônibus porque não pode perder o tempo da viagem. A comer sanduíche porque não dá para almoçar. A sair do trabalho porque já é noite. A cochilar no ônibus porque está cansado. A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.[...] A gente se acostuma a coisas demais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma*

---

O que queremos dizer é que não devemos nos acostumar com todos os contrapontos. Não devemos nos perder de nós mesmos. Precisamos agrupar nossas forças dispersas e tornar cada um de nós mais identificado com a missão da Universidade, que é, sobretudo, a formação e transmissão do conhecimento. Que nossa missão deveria ser sempre ter como meta, atrair os melhores cérebros e oferecer o melhor serviço educacional, para fazê-la uma instituição mais forte e mais coesa. A importância extraordinária do sentimento de identidade é fundamental. Temos absoluta certeza de que saímos sempre mais fortes dos processos educacionais, reinventando as regras de convívio para além dos interesses meramente personalistas e individualizantes ou das práticas da omissão e da indiferença.

## **Referências**

---

<sup>1</sup>Carta de Itamaracá- Forgrad Nordeste 2011. Disponível em <<http://www.forgrad.com.br/arquivo/Carta%20da%20Regional%20Nordeste%202011.pdf>>. Acesso em 29 abr.2011

<sup>2</sup> Carta de Uberlândia-Forgrad Sudeste Disponível em



---

< <http://www.forgrad.com.br/arquivo/Carta%20da%20Regional%20Sudeste%202011.pdf>>. Acesso em 22 jun.2011.

<sup>3</sup> Extraídas do livro "Histórias de Nasrudin." Edi Dervish. Brasil.1994. (Literatura turca.). Disponível em < <http://www.pfmilcent.eng.br/pgnasrudin.html>>. Acesso em 28 abr. 2011.

<sup>4</sup>Carta de Porto Alegre- Regional Sul 2010. Disponível em

< <http://www.forgrad.com.br/arquivo/Carta%20de%20Porto%20Alegre%20FORGRAD%202011.pdf>>. Acesso em 29 abr.2011

<sup>5</sup>Disponível em

< [http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=100&Itemid=81](http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81)>. Acesso em 28 abr. 2011.

<sup>6</sup>Cadê a Universidade anunciada aqui/ Disponível em

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI204422-15223,00-CADE+A+UNIVERSIDADE+ANUNCIADA+AQUI.html>>. Acesso em 28 abr. 2011.

<sup>7</sup> Cadê a Universidade anunciada aqui/ Disponível em

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI204422-15223,00-CADE+A+UNIVERSIDADE+ANUNCIADA+AQUI.html>>. Acesso em 28 abr. 2011.

<sup>8</sup> Carta de Porto Alegre- Regional Sul 2010. Disponível em

<<http://www.forgrad.com.br/arquivo/Carta%20de%20Porto%20Alegre%20FORGRAD%202011.pdf>>. Acesso em 29 abr.2011

<sup>9</sup> Carta de Porto Alegre. Forgrad Nacional 2007. Disponível em < [http://www.forgrad.com.br/arquivo/CARTA\\_DE\\_PORTO\\_ALEGRE\\_ANDIFES.doc](http://www.forgrad.com.br/arquivo/CARTA_DE_PORTO_ALEGRE_ANDIFES.doc)>. Acesso em 25 br.2011.

<sup>10</sup> Cadê a Universidade anunciada aqui.

Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI204422-15223,00-CADE+A+UNIVERSIDADE+ANUNCIADA+AQUI.html>>. Acesso em 28 abr. 2011.

<sup>11</sup> Carta de Itamaracá- Forgrad Nordeste 2011. Disponível em

< <http://www.forgrad.com.br/arquivo/Carta%20da%20Regional%20Nordeste%202011.pdf>>. Acesso em 29 abr.2011

<sup>12</sup>Carta de Porto Alegre- Regional Sul 2010. Disponível em

<<http://www.forgrad.com.br/arquivo/Carta%20de%20Porto%20Alegre%20FORGRAD%202011.pdf>>. Acesso em 29 abr.2011

<sup>13</sup> Disponível em < <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>>; Acesso em 28 abr. 2011.

<sup>14</sup> Carta de Boa Vista- Forgrad Norte 2011. Disponível em

<http://www.forgrad.com.br/arquivo/Carta%20da%20Regional%20Norte%202010.pdf>>Acesso em 12 abr.2011.

<sup>15</sup> Carta de Porto Alegre- Regional Sul 2010. Disponível em < <http://www.forgrad.com.br/arquivo/Carta%20de%20Porto%20Alegre%20FORGRAD%202011.pdf>>. Acesso em 29 abr.2011

<sup>16</sup> Carta de Uberlândia-regional Sudeste Disponível em

< <http://www.forgrad.com.br/arquivo/Carta%20da%20Regional%20Sudeste%202011.pdf>>. Acesso em 22 jun.2011.

<sup>17</sup> Mendonça. Camila F. de. Evasão nas universidades chega a 20%. Por que estudantes desistem?. Disponível em <

<http://www.administradores.com.br/informe-se/noticias-academicas/evasao-nas-universidades-chega-a-20-por-que-estudantes-desistem/36115/>>. Acesso em 28 abr.2011

<sup>18</sup> Disponível em <

<http://mail.terra.com.br/102tr/reademail.php?id=108981&folder=Inbox&cache=20110630135917.C28475C0AB@morpheus.editau.com.br#2>>. Acesso em 01 de julho de 2011 e **Comissão da Câmara discute as metas para o ensino superior. Disponível em <**

<http://mail.terra.com.br/102tr/reademail.php?id=108980&folder=Inbox&cache=20110630135823.4BD98152E48@mail2.cmnews.com.br#52839>>. Acesso em 30 jun.2011.

<sup>19</sup> Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas. (Andifes/Abuem/SESu/MEC - 1995-1996). Publicado em 1997. Disponível em < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002240.pdf>>. Acesso em 14 abr.2011

<sup>20</sup> Carta de Boa Vista- Forgrad Norte 2011. Disponível em

< <http://www.forgrad.com.br/arquivo/Carta%20da%20Regional%20Norte%202010.pdf>>. Acesso em 28 abr.2011.

---

<sup>21</sup> TARGINO, Rafael. Em seis anos, uma em cada três bolsas do Prouni fica ociosa. Disponível em < [http://www.cmconsultoria.com.br/news/vis\\_impressao.php?dados=25/06/2011](http://www.cmconsultoria.com.br/news/vis_impressao.php?dados=25/06/2011)>. Acesso em 25 jun.2011.

<sup>22</sup> ABREU, Kátia. A política vai mudar. Folha de São Paulo, pág. B9, 25 jun. 2011.

<sup>23</sup> O texto foi extraído do livro "Eu sei, mas não devia", Editora Rocco - Rio de Janeiro, 1996, pág. 09. Disponível em < [http://www.releituras.com/mcolasanti\\_eusei.asp](http://www.releituras.com/mcolasanti_eusei.asp)>. Acesso em 20 abr. 2011.